

Parlamentarismo é meta de longo prazo

Do ponto de vista das oposições, a agenda de um entendimento inclui necessariamente uma transferência de poderes: o Executivo passaria a dividir com o Congresso Nacional, com o aval da sociedade, a formulação das políticas de administração pública, no que já vem sendo chamado de "parlamentarismo branco".

O fortalecimento do Congresso teria um objetivo estratégico: resgatar sua credibilidade popular, viabilizando a implantação no País após o mandato de Collor do sistema parlamentarista. Esse é a meta mais ambiciosa de um grupo de políticos de vários partidos, integrado por parlamentares do PT ao PMDB, que tem como um de seus principais formuladores o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado.

O Governo já decidiu apresentar-se à mesa de negociação com uma postura mais flexível. Nas tentativas anteriores de entendimento, articuladas pelo Mi-

nistério da Justiça, a pauta era formalmente extensa, mas o objetivo governamental era um só: obter apoio para sua política de combate à inflação. Os representantes dos empresários e dos trabalhadores tinham outras prioridades — a retomada do crescimento, as mudanças das políticas de juros e salarial, entre outras — que não sensibilizaram os interlocutores governamentais, provocando o impasse e o fracasso da tentativa de entendimento.

Desenvolvimento

O Governo, agora, se prepara para introduzir no debate outras questões. Para isto, está elaborando um amplo projeto com metas sociais e econômicas de médio e longo prazo.

O Governo, segundo o secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra, está disposto a discutir um verdadeiro plano de desenvolvimento para o País. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, prevê que o mote do debate em torno do

entendimento será o anteprojeto de política salarial que deverá ser enviado pelo Executivo ao Congresso até maio.

O deputado Waldir Pires, do PDT, entende que as negociações devem produzir um plano de emergência centrado no combate à miséria. E justifica: "Os níveis de miséria no País são cada vez mais alarmantes. Se eles não forem combatidos com urgência num esforço nacional corre o risco o próprio sistema democrático no Brasil".

O deputado Juthay Júnior, vice-líder do PSDB, é cético quanto à definição de uma pauta ampla. Ele defende a concentração de esforços por tema a ser negociado. A urgência e a importância definiriam as prioridades na agenda do entendimento.

O deputado Paulo Delgado, do PT, diz que o fundamental é que a negociação produza resultados concretos. E, numa demonstração de abertura para o entendimento,

acrescenta: "O PT tem consciência de que o máximo a ser concedido pelo Governo será o mínimo desejado pelo partido".

Proposta completa

Já o senador Fernando Henrique Cardoso tem uma agenda completa para a mesa de negociação, com propostas para o entendimento nos planos político, econômico e social. São elas: no plano político — restrição da edição das Medidas Provisórias, início da reforma eleitoral e um compromisso no sentido da implantação do parlamentarismo; no plano econômico — combate à inflação numa estratégia ao longo prazo que troque os planos salvasdores por uma política estável e dura de recuperação do Estado brasileiro; investimentos para evitar a recessão e maior seletividade na abertura da economia; no plano social — promoção de uma verdadeira revolução educacional, redefinição da Previdência Social e dar eficácia aos programas habitacional e de saúde. (A.M./H.R.)